

**OS GÊNEROS ESCRITOS DA
HISTÓRIA E DA LITERATURA**

ALEIXO, Antonio Carlos¹

¹ Mestre em Estudos Literários pela UNESP, campus de Araraquara, é professor assistente do Departamento de Letras da Fecilcam – Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão/Pr.

RESUMO: Este texto é resultado de uma pesquisa acerca dos gêneros escritos da história e da literatura. Ele aparece no contexto do debate sobre as relações que mantêm os dois domínios discursivos, afirmando-se já de início que história e literatura são dois domínios discursivos e que os gêneros que emergem desses domínios adquirem formas diferentes tanto pelo conteúdo que fazem circular enquanto ideologia, quanto pela pressão arquetípica de constituição instrumental: o gênero. Teoricamente, este trabalho se sustenta em dois dos nomes mais influentes no campo da rediscussão sobre a escrita da história: Peter Burke e Michel De Certeau. O primeiro retoma autores que defendem a escrita da história mais próxima do gênero literário e o outro apresenta uma tese sobre o trabalho dos autores de textos historiográficos.

PALAVRAS-CHAVE: História, Discurso, Literatura.

ABSTRACT: This text is resulted of a research concerning the written goods of the history and of the literature. It appears in the context of the debate about the relationships that maintain the two discursive domains, being already affirmed at the beginning that history and literature are two discursive domains and that the goods that emerge of those domains acquire different forms so much for the content that you/they make to circulate while ideology, as for the pressure "arquetip" of instrumental constitution: the gender. Theoretically, this work is sustained in two of the most influential names in the field of the rediscussion on the writing of the history: Peter Burke and Michel de Certeau. The first retakes authors that defend the writing of the closest history of the literary gender and the other presents a thesis on the authors' of texts historiography's work.

KEYWORDS: History, Discourse, Literature

I. SOBRE A MEMÓRIA HISTORIOGRÁFICA E LITERÁRIA

O objetivo deste texto é contribuir para o debate dos que se interessam pela relação entre história e literatura. Ele pressupõe leitores que dispensam uma relação de causa-efeito entre os dois domínios discursivos ou aqueles que tomam a história como um grande pano de fundo sobre o qual se assenta um texto literário.

Segundo Gregolin (2000), as sociedades se preocupam com o passado para compreendê-lo, compreender o presente e projetar o futuro. Segundo a pesquisadora, há, basicamente, duas narrativas possíveis do passado: uma ligada ao tempo mítico, lendário, à construção sem data marcada; outra, ligada à cronologia, com tempo específico, analisável e analisado, que sofreu o processo de ser lido por alguém e resgatado sob o olhar humano e científico.

O olhar científico do historiador é, por isso, olhar seletivo, como o é também o conjunto de documentos disponibilizados pelo poder político de um momento. Ao optar por certos documentos de representatividade, um grupo social impõe a maneira como deseja ser lido e registrado pela herança histórica. Constrói, portanto, uma memória.

Ao escrever a História, o historiador realiza uma escolha, organiza, elimina alguns documentos e conserva outros. Essa seleção reflete a cultura política de uma época, já que os documentos conservados (...) são aqueles que se configuram como essenciais para a compreensão da própria sociedade (GREGOLIN, 2000: 21).

Uma sociedade monumentaliza certos elementos materiais ou simbólicos de acordo com suas necessidades histórico-sociais, incluídos aí a economia e os produtos semióticos. Le Goff (1996) define materiais da memória como monumentos e documentos. Os primeiros são indícios do passado, ou seja, elementos de recordação que já na antiguidade romana se caracterizavam como produto arquitetônico de comemoração ou de lembrança triste da morte. “O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos” (LE GOFF, 1996: 536).

Já o documento tem sua origem ligada ao verbo latino “docere” –ensinar - e evoca o sentido de prova. Ao que indicam os historiadores, foram os positivistas que valorizaram o documento como “testemunho escrito”, escolhido pelo historiador para servir de valor de verdade. O monumento, por outro lado, de nada valeria para a historiografia tradicional do final do século XIX.

Com a escola positivista, o documento triunfa. O seu triunfo, como bem o exprimiu Fustel de Coulanges, coincide com o do texto. A partir de então, todo historiador que trate de historiografia ou do mister de historiador recordará que é indispensável o recurso do documento (LE GOFF, 1996: 539).

Mesmo os precursores da história nova, como Lefevre, afirmavam que fatos sem documentos eram fatos perdidos.

Como consequência, à escolha do historiador corresponde a cristalização ideológica de uma sociedade.

Cristalizada em textos, a memória histórica se impõe como absoluta e determina seus valores, com objetivo de assim ser compreendida e perpetuada. Tal memória histórica, ao simular uma unidade, se apropria de elementos da memória coletiva, ora parafraseando-os, ora apagando-os pela emergência de elementos contrários. As figuras emergentes nos textos históricos retomam temas e os articulam com a memória coletiva ou histórica, num jogo de relações interdiscursivas.

Em artigo de 1992 – *A história dos Acontecimentos e o renascimento da narrativa* – discorrendo acerca dos autores que se posicionam pela história como narrativa e seus opositores, Peter Burke assinala que os dois lados se encontram, naquele momento, entrincheirados em suas posições. De um lado os que defendem a história como estrutura, continuidade. De outros os teóricos da nova história. Enquanto os defensores da estrutura condenam a personificação e a ênfase sobre as lideranças, os historiadores narrativos afirmam que a ênfase sobre a estrutura é estática e, logo, não histórica.

Por um lado, a dedicação aos casos particulares, à descrição do específico e do humano e por outro a preocupação com análise, com a explicação e com o coletivo. Ao citar Lawrence Stone como um dos provocadores do debate, Burke afirma que o diferencial entre estruturalistas e narrativistas não está apenas na escolha do que contar mas também no como contar. Está claro que os primeiros não simpatizam com a idéia de aproximar a história do estilo literário, o que demandaria uma forma diferente de leitura da história.

O autor procura uma alternativa entre os analistas e os narradores, afirmando que a diferença entre acontecimento e estrutura não é tão clara e precisa e que muitas vezes, a causa de uma mudança social pode ser encontrada tanto na estrutura quanto no acontecimento. Vale recordar que, para os marxistas, muda uma sociedade quando muda sua estrutura e não apenas elementos dentro da estrutura. De qualquer maneira, para eles, sempre há uma estrutura.

Para defender sua posição, Burke busca apoio nos estudos que se desenvolvem a partir dos anos sessenta, principalmente nos Estados Unidos, numa visão que não se preo-

cupa apenas com escrever ou não a narrativa, mas “com o problema do tipo de narrativa a ser escrita”(BURKE, 1992: 334). Em outras palavras, para ele está claro que toda história é narrativa, por apresentar um narrador, mas o que interessa é o estilo, a maneira de narrar. A pergunta não deveria ser, então, se é narrativa, mas, qual narrativa.

Burke cita o historiador de cinema Siegfried Kracauer, Hayden White, Lionel Gossman e Golo Mann que se identificam com a história narrativa a tal ponto de sugerirem que os historiadores deveriam se “engajar em experiências literárias” que pudessem contribuir para a historiografia contemporânea: “Em primeiro lugar, poderia ser possível tornar as guerras civis, e outros conflitos, mais inteligíveis, seguindo-se o modelo dos romancistas que contam suas histórias, partindo de mais de um ponto de vista” (BURKE, 1992: 336).

É o que ele chama de prática da heteroglossia ou fuga do consenso de uma voz única que filtra os acontecimentos e lhes impõe um efeito de sentido como “o verdadeiro”. É uma posição radical de Peter Burke, contrariando toda a tradição historiográfica que quer se dizer verdadeira.

Ao narrar a história de tal maneira, o historiador se aproxima daquilo que em literatura se chama discurso direto, ou seja, as personagens se colocam no palco narrativo sem o intermédio do narrador. Tal prática permitiria o confronto dos diversos personagens da história e de seus variados pontos de vista. De qualquer maneira, cada um elabora seu “efeito do real” pelo discurso, mas haveria, certamente, um espaço maior de reflexão para o leitor da história. Ou seja, seria como se a história dissesse ao leitor que ele deve lê-la com desconfiança, ou como mais uma opção entre outras.

Uma segunda experiência da nova narrativa historiográfica seria a consciência que os historiadores adquirem de que seus relatos não referem o que aconteceu. É a não transparência da linguagem. Neste caso, a historiografia se aproxima das análises de discurso e lhes toma emprestados os estudos sobre a linguagem.

Os narradores históricos necessitam encontrar um modo de se tornarem visíveis em sua narrativa, não de auto-indulgência, mas adver-

tindo o leitor de que eles não são oniscientes ou imparciais e que outras interpretações, além das suas, são possíveis (BURKE, 1992: 337).

Desmonta-se a crença no valor único e “verdadeiro” do autor, intelectual ou cientista. É uma posição política e literária porque parte da opção de colocar-se como uma das vozes possíveis e, para tanto, opera mudanças na escrita. Ao se aproximar, o narrador necessita modificar o trabalho com a linguagem.

Uma terceira possibilidade está ligada ao fluxo temporal da narrativa. Para a narrativa estrutural, o tempo é fluido, pois o que mais interessa é a base estrutural. O que Burke (1992) discute é a possibilidade de, a partir de uma narrativa lenta dos acontecimentos, se chegar às estruturas.

O problema que eu gostaria de discutir aqui é aquele de se fazer uma narrativa densa o bastante, para lidar não apenas com a seqüência dos acontecimentos e das intenções conscientes dos atores nesses acontecimentos, mas também com as estruturas (...) e se elas atuam como freio ou como acelerador para os acontecimentos (BURKE, 1992: 339).

O que propõe parece ser a possibilidade de narrar a história de uma comunidade ou de uma personagem e encontrar ali os vestígios de uma época ou um pensamento. Seria como o encontro da diacronia na sincronia, do sintagma no paradigma, considerando que uma verticalização dos eventos pela narrativa lenta possibilita o surgimento de uma consciência estrutural. Neste caso, um texto tido como estritamente literário que se aproximasse de fatos tidos como reais seria uma fonte de acesso à estrutura social de um período, tanto quanto um fragmento historiográfico.

Assinala, porém, que o historiador não possui a liberdade criativa do romancista ou do poeta e por isso não pode impor a uma família, por exemplo, que acumule todas as características de uma época. A personagem de ficção é criada pelo literato e a personagem histórica é criada pelas circunstâncias, o que impõe certos cuidados ao historiador. Assim, afirma, o historiador pode aprender algo com as técnicas de romancistas, mas não resolve seu problema

Pois os historiadores não são livres para inventar seus personagens, ou mesmo as palavras e os pensamentos de seus personagens,

além de ser improvável que sejam capazes de condensar os problemas de uma época na narrativa sobre uma família, como freqüentemente o fizeram os romancistas (BURKE, 1992: 340).

Neste aspecto, certamente, Burke contribui sobremaneira para esclarecer uma diferença entre a escrita da história e a escrita da literatura. O texto literário se vê autorizado a carrear para os eventos narrados todas as possibilidades, desde que respeite o contrato entre narrador e narratário. Necessita apenas não quebrar a coerência interna. Já o historiador não pode ultrapassar os limites do que aconteceu, sob pena de, ao ser colocado à prova, à comparação, ser desmentido enquanto tal. O discurso histórico já encontra sua personagem construída em documentos ou outros relatos, enquanto o literato pode construí-la sem dificuldade. Em outras palavras, o narrador do gênero histórico se vê obrigado a considerar a interdiscursividade como elemento inerente ao seu trabalho.

Burke cita ainda a micro-história, ou micronarrativa, em que se narra a história particular de um indivíduo ou comunidade, identificando as bases estruturais de uma sociedade pinceladas ali. Para manter a coerência, enquanto textura, a micro-história não se liga à macro-história, o que lhe retira o "status" de solução para o problema. Outro exemplo, colocado, ainda, pelo historiador é a possibilidade de narrar a história a partir de personagens "mediócras", que se escondem nas estruturas. Cita como exemplo *The Gate of Heavenly Peace*, de Jonathan Spence, em que o autor narra a história da China de 1895 a 1980 centralizando poucos indivíduos como personagens.

Contar a história a partir do tempo presente é outra experiência possível de ser analisada. Seria inverter a ordem e partir do lugar da escrita, aquilo que Genette chama de narrativa em "última res".

Por último, Burke assinala o pensamento do antropólogo Marshall Sahlins, que considera o acontecimento e a estrutura em seus trabalhos, afirmando que os acontecimentos são expressões de uma cultura "cristalizada" e que uma estrutura se organiza a partir das operações chamadas de acontecimentos.

2. A HISTÓRIA E A LITERATURA COMO OPERAÇÕES

Ao se considerar a etimologia do termo *operação* deve-se ligá-lo a trabalho e este à intervenção do ser humano sobre a natureza. Logo, ao assumir que tanto a escrita da história quanto da literatura são operações, está-se afirmando que ambas são trabalhos humanos, dotados de determinações sociais. Para Michel De Certeau (2000), a história, enquanto operação historiográfica, pressupõe um *lugar* – topos – em função do qual se organiza a pesquisa histórica e o dizer da mesma, ou seja, o relato. Para ele, é pelo *lugar* que se instauram os métodos, que se delineia a topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostos, se organizam. O *lugar* é a formação social da escrita da história.

O *lugar* é a marca dos interesses, dos grupos, da formação econômica e social a partir do qual sairá uma forma de abordagem histórica e de organização de seu discurso. O objeto será visto sempre de conformidade com o olhar topográfico. É o *lugar* que instaura o sujeito do discurso narrativo.

Pode-se dizer que o *lugar*, ao organizar recortes de material, leis de deciframento, ordem e tempo de publicação, já introduz no objeto um pré-sentido. “Toda interpretação histórica depende de um sistema de referência”, afirma De Certeau. Como depende, de fato, toda interpretação, sujeita sempre às instituições. Neste caso, o *lugar* da historiografia não difere do *lugar* na literatura. É o espaço destinado ao literato que também determina suas narrativas, pois cada uma escolhe um dizer em razão do presente.

A obra de arte deve ser analisada como produto artístico com corpo definido pelos seus próprios elementos constitutivos, mas não há como negar as influências que o autor sofre, a partir do *lugar* em que se encontra no ato da sua produção. Deve-se reconhecer, por isso, uma dupla enunciação: uma, que instaura um narrador; outra, que indica a produção literária. Em muitos casos, ambas simulam homogeneidade suficiente para se confundirem as duas instâncias enunciativas, com isso, reforçando o efeito de realidade.

A instituição do saber histórico é que permite compreender o discurso histórico. E nem sempre esta instituição se dá

a conhecer com tanta facilidade. Muitas vezes, “dizer” é dizer ao contrário, dizer pelas laterais. A visão coletiva de construção histórica autoriza a afirmação de De Certeau, de que um texto histórico enuncia uma operação que se situa num conjunto de práticas asseguradas por uma instituição. Exclui, então, a possibilidade totalizante da enunciação individual. O resultado individual, para De Certeau, se inscreve numa rede de elementos interdependentes. Para a análise do discurso, que se sustenta em Foucault e Pêcheux, isso não é novidade, pois, ali, todo enunciado é resultado de uma formação discursiva e esta só existe no coletivo, naquilo que chama formação social.

Para exemplificar a importância que possui o “*lugar*” na historiografia, De Certeau utiliza-se de uma metáfora contemporânea:

O livro ou o artigo de história é ao mesmo tempo, um resultado e um sintoma do grupo que funciona como um laboratório. Como o veículo saído da fábrica, o estudo histórico está muito mais ligado ao lugar *complexo* de uma fabricação específica e coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou à ressurgência de uma ‘realidade’ passada. É o *produto* de um *lugar* (DE CERTEAU, 2000: 73).

Desmonta-se nesta afirmação qualquer possibilidade fechada do estatuto da verdade, que o discurso historiográfico positivista procura construir. Nesta concepção - de *lugar* - história é produto dos interesses institucionais que estão em jogo na sua enunciação.

O segundo ponto da operação historiográfica – a ordem não é cronológica - está ligado ao trabalho de transformação do historiador. A pesquisa histórica se dá na relação entre o dado - aquilo que já se encontra na natureza – e o novo - a acumulação de valores em torno de um documento/monumento.

De Certeau afirma que os equipamentos auxiliares da história fazem com que o trabalhador da história transforme elementos da natureza em dados históricos. Para o autor, o tempo é apenas um integrante do fazer historiográfico, pois o pesquisador trabalha, de fato, com papéis, imagens, pedras, fotografias, sons, etc.

Pela *prática*, o sujeito do fazer histórico transforma informações primárias em secundárias, organizando fragmentos culturais no texto histórico. Quer dizer, transporta documentos, com

seus valores já alterados, de um lugar a outro. A história se caracteriza aqui como o lugar catalisador de informações.

Pode-se dizer que o historiador interfere no espaço natural da mesma forma que outro trabalhador, deslocando a relação natureza-cultura. É certo registrar que a maior parte de tal operação se dá sobre elementos já transformados pelos seres humanos.

Quando se fala aqui em *prática* historiográfica, diz-se do ser pesquisador, técnico, pois o ser político, que toma posição ficou evidenciado no historiador e no seu lugar de enunciação. Porém, uma técnica carrega ao seu lado as determinações políticas. Os objetivos traçados pelo lugar em que se encontra o pesquisador, seus condicionamentos de grupo, sua obrigação institucional obrigam-no a abordar um documento ou vestígio já com o que se chamou anteriormente de um "pré-sentido".

3. A HISTÓRIA E A LITERATURA COMO GÊNEROS ESCRITOS

Para concluir, deve-se afirmar que é possível compreender a literatura como um gênero discursivo diferente do gênero historiográfico pelos efeitos de sentido construídos por seus diferentes enunciados. Mesmo um espaço discursivo-acadêmico como a nova história há de se ocupar em construir um efeito de verdade para o discurso da história. E a presença de um narrador já pressupõe a construção de uma imagem e um ponto de vista sobre os fatos narrados.

Por seu turno, o discurso da literatura, enquanto gênero, formata uma verdade que sofre menor pressão político-institucional. Afinal, ao personagem da literatura sempre restará a opção de negar-se enquanto dado factual. E, justamente, por sofrer menor pressão sócio-histórica que a personagem literária é mais verdadeira. O efeito da interdiscursividade que afeta a personagem da história por todos os lados é menor na personagem literária. Construída pelo narrador literário, tal personagem agrega alguns sintomas de verdade. A outra, reconstruída pelo narrador historiográfico é mais afetada pelas vozes discordantes, o que lhe causa permanente insegurança.

Entretanto, o gênero literário é tido como o gênero da "mentira", pela forma como foi narrada a sua própria histó-

ria: literatura é invenção. Ao seu lado, o gênero da história é tido como “verdadeiro” por se afirmar verdadeiro a partir do discurso da modernidade. Ao esconder o narrador, remeter-se quase sempre a um tempo mítico e organizar seus enunciados sempre afirmativamente, negando vozes às suas personagens, o discurso da história esconde também o lugar de onde vem e a prática de que se utiliza para enunciar-se.

Vale reafirmar que ambos os gêneros contribuem para institucionalização semiótica de classes sociais e estão totalmente comprometidos com os lugares e os atores de onde saem.

4. REFERÊNCIAS

BARTHES, R. **O rumor da língua**. São Paulo . Brasiliense, 1988.

BURKE, P. **A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa**. In: BURKE, P.(Org.); *A Escrita da História: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo, Editora da UNESP, 1992.

DE CERTEAU, M. **A escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2000.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Trad. Laura F. Almeida Sampaio. 4 ed. São Paulo: Loyola. 1998.

GREGOLIN, M. R. V. (Org.). **Filigranas do Discurso: as vozes da história**. FCL/Laboratório Editorial /UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão [et. al.] 4.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

VEYNE, P. **Como se escreve a História. Foucault revoluciona a história**. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 1998.